

PAULA PESSOA PEREIRA



LEGITIMIDADE DOS PRECEDENTES

Universabilidade
das decisões do STJ

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável
Marisa Harms

Diretora de Operações de Conteúdo
Juliana Mayumi Ono

Editores: Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Danielle Oliveira, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Assistente Editorial: Karla Capelas

Produção Editorial
Coordenação
Juliana De Cicco Bianco

Analistas Editoriais: Amanda Queiroz de Oliveira, Andréia Regina Schneider Nunes, Danielle Rondon Castro de Moraes, Flávia Campos Marcelino Martines, George Silva Melo, Luara Coentro dos Santos e Rodrigo Domiciano de Oliveira

Analistas de Qualidade Editorial: Maria Angélica Leite e Samanta Fernandes Silva

Assistentes Documentais: Beatriz Biella Martins, Karen de Almeida Carneiro e Victor Bonifácio

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica
Coordenação
Caio Henrique Andrade

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pereira, Paula Pessoa

Legitimidade dos precedentes : universabilidade das decisões do STJ / Paula Pessoa Pereira. – São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2014. – (Coleção o novo processo civil / diretor Luiz Guilherme Marinoni : coordenadores Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero).

Bibliografia

ISBN 978-85-203-5526-8

1. Brasil. Superior Tribunal de Justiça – Jurisprudência 2. Estado de Direito
3. Precedentes (Direito) 4. Processo civil – Brasil I. Marinoni, Luiz Guilherme. II. Título. III. Série.

14-08709

CDU-347.991(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Superior Tribunal de Justiça : Direito processual civil 347.991(81)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	13
INTRODUÇÃO	17
 1. ESTADO DE DIREITO E O CARÁTER ARGUMENTATIVO DO DIREITO. TESE, ANTÍTESE E RECONCILIAÇÃO	21
1.1 Estado de Direito. Tese	21
1.2 Caráter procedimental do Estado de Direito e o caráter argumentativo do direito. Antítese?	28
1.2.1 Dimensão procedimental do Estado de Direito	28
1.2.2 Caráter argumentativo do direito	32
1.2.3 Caráter indeterminado do direito	43
1.3 O papel dos juízes em face da complexidade da aplicação do direito. Uma proposta de reconciliação	50
1.4 Valores do Estado de Direito a serem tutelados na aplicação do direito pelos juízes?	55
1.4.1 Previsibilidade jurídica	55
1.4.2 Igualdade diante da norma jurídica e não igualdade diante da lei.....	58
1.4.3 Imparcialidade	67
 2. NO ESPAÇO DO JULGAMENTO: MODELOS DE JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	79
2.1 O debate entre particulares e universais no raciocínio jurídico	79
2.2 Particularismo	80
2.2.1 O espaço dos particulares no raciocínio jurídico.....	96
2.3 A universalização na justificação.....	101
2.3.1 O desenho institucional do processo na decisão	115

2.4	Derrotabilidade no raciocínio jurídico: uma retomada dos particulares no universalismo	119
2.5	O que valoramos no universalismo	127
3.	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA COMO CORTE DE VÉRTICE NA ORDEM JURÍDICA	135
3.1	Colocação do problema	135
3.2	Função das cortes supremas: finalidade pública e/ou privada? (<i>Ius constitutions X ius litigatoris</i>)	140
3.3	Convivência entre as funções privada e pública	147
3.4	Função prospectiva e o juiz subsequente: conformidade com a exigência do Estado de Direito	150
3.5	A importância social da proteção do ordenamento jurídico através da criação de uma jurisprudência uniforme	153
3.6	O Superior Tribunal de Justiça como corte de precedentes	156
	Conclusão	161
	REFERÊNCIAS	165